

OS DORMENTES DA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE OS EFEITOS DO CURRÍCULO TRADICIONAL A PARTIR DE UM TEXTO TEATRAL

CRUZ, Marcelo Silva¹

Resumo

Este artigo discute o currículo tradicional na educação, bem como os possíveis mecanismos que produzem e movimentam esse objeto, sobretudo no ensino público, utilizando como instrumento ilustrativo o texto teatral “Essa propriedade está condenada”, de Tennessee Williams, que traz em sua trama o conflito entre dois adolescentes que estão fora da escola. Para a base teórica, tomamos alguns estudos de currículo como aporte para as análises das questões enunciadas nesse trabalho.

Palavras-chaves: Educação; Currículo tradicional; Ensino público.

Prólogo: A Propriedade condenada

“Essa propriedade está condenada”, texto teatral escrito em 1946, pelo americano Tennessee Williams (1911 – 1983), logo após a Segunda Guerra Mundial e no auge dos colapsos político e econômico que abalaram o cotidiano dos EUA, apresenta os dois personagens da trama, bem como os elementos que os identificam (a banana, a boneca loura destruída e uma pipa), retratando os reflexos de uma classe que foi atingida diretamente pelo capitalismo industrial da Grande Depressão, que a alijaram à margem da sociedade. Conforme a rubrica que inicia a peça, Williams (1985, p. 26) apresenta a seguinte descrição:

Nos trilhos do trem nos arredores de uma pequena cidade do Mississippi. O céu está branco como o leite. É de manhã e de vez em quando um corvo grasna. A menina Willie avança, equilibrando-se no trilho, os braços abertos. Numa mão uma banana, na outra uma boneca loura e destruída. Tem treze anos e uma inocência a despeito da aparência. O garoto Tom, um pouco mais velho, a olha. Usa calças curtas, suéter, traz uma pipa com uma bonita cauda.

Willie e Tom já iniciam a cena ocupando um espaço inóspito, marcado pelo peso do abandono, em um cenário que propõe uma estrada de ferro inativa e um casarão em ruínas. Metaforicamente, esse desenho do lugar reverbera nos personagens, a menina “com nome de menino” e o adolescente que também estão abandonados, sem família, sem proteção e sem amparo de qualquer natureza. Ambos foram anulados ao *status quo*, uma locução em

¹ Mestrando inscrito no PPGEEB, do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES/UFES). Professor de Arte da rede municipal de educação de São Mateus/ES.

latim que significa “o estado das coisas”, como se deixassem de existir para o Estado, eliminados de maneira formal. A expressão “necrobiopoder” define essa atuação, que, de acordo com Bento (2018, p. 7), significa:

[...] um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte, a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano, e que, portanto, devem ser eliminados e os outros devem viver.

O aparelho que comanda a ação descrita na citação é de competência do Estado que categoriza a população através de dispositivos jurídicos, aplicando políticas que definem a “utilidade” dos sujeitos perante os interesses para um modelo de desenvolvimento, alicerçado em práticas que legitimam a vida e a morte, à medida que servem ou não para manutenção do poder soberano. Conforme Foucault (1979, p. 80):

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, como o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.

Nesse contexto afloram os corpos abjetos, relegados ao desprezo e considerados como indesejáveis à sociedade, ressaltando as políticas públicas seletivas, como afirma Bello (2007, p. 139) sobre a “promoção da cidadania”. Há uma intervenção legitimada que seleciona, segrega, denomina e domina aqueles que são considerados marginais, que não estão adequados aos grupos codificados pelos poderes dominantes e que enfatizam, conforme Bento (2018, p. 2), “as diferenças abissais da ação do Estado em relação a determinados grupos e a distribuição diferencial de direito à vida”. Tal atitude significa esse humano como marginal, endossando isso como uma regra, replicada espontaneamente entre os pares. Podemos verificar isso na fala de Tom, no momento em que ele descobre que o diamante que caiu da pulseira de Willie é falso:

TOM: Mas, não era verdadeiro, era?

WILLIE (rindo): Como é que você sabe?

TOM (encabulado): Imaginei. (refazendo-se) Porque se fosse você não ficava aí andando em cima de trilhos com sua boneca velha e meia banana... (WILLIAM, 1985, p. 26).

Ressalta, então, o processo de qualificação da pessoa, quando a educação é projetada como item que atribui quais são as potencialidades do

indivíduo, classificando de modo a ocupar os espaços de acordo com as possíveis capacidades individuais de produção e não como ferramenta para formação e desenvolvimento intelectual. Os documentos oficiais produzidos para sistematizar a educação endossam o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Assim como os dormentes das vias férreas são as peças que servem basicamente para fixar os trilhos do trem, mantendo o padrão funcional de acordo com o percurso da máquina ferroviária, a educação tornou-se um aparelho a serviço do controle social, com diretrizes voltadas para desenvolver nos indivíduos as funções que terão que cumprir na sociedade, abarcando o currículo escolar como o elemento que irá estabelecer os caminhos a serem seguidos para o processo formativo do sujeito. Silva (1999, p. 32), apropriando do pensamento de Althusser, traz a seguinte indagação:

Como a escola e a educação contribuem para que a sociedade continue sendo capitalista, para que a sociedade continue sendo dividida entre capitalistas (proprietários dos meios de produção), de um lado, e trabalhadores (proprietários unicamente de sua capacidade de trabalho), de outro? Althusser nos deu, como vimos, um tipo de resposta: a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através de matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis.

O ensino da rede pública de educação fica em desvantagem com relação ao privado, levando em conta os expedientes para por em prática os ditames do currículo. Desde que foi estabelecido como aparelho para orientar os processos educacionais, considerando principalmente as teorias tradicionais, o currículo traz em sua concepção os moldes para atender ao modelo capitalista da sociedade. Segundo Silva (1999, p.12), ainda na primeira projeção de estudo e pesquisa sobre o currículo, nas primeiras décadas do século XX, com a obra "The curriculum", concebida pelo americano John Franklin Bobbitt em 1918, é observado que a fábrica é o modelo institucional para a concepção do currículo, logo as orientações contidas nesse instrumento categorizam os estudantes de acordo às localizações destes na sociedade, ressaltando que àqueles que não são tidos como privilegiados recorrem às instituições de ensino público, que são gratuitas, mas, subordinadas às medidas para atender à formação operária. Existe uma ideologia no projeto

educacional que modula o ensino de acordo à classe social do estudante, como segue na afirmação do autor citado:

[...] a ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e controlar. Essa diferenciação é garantida pelos mecanismos seletivos que fazem com que as crianças das classes dominadas sejam expelidas da escola antes de chegarem àqueles níveis onde se aprendem os hábitos e habilidades próprios das classes dominantes (SILVA, 1999, p. 32).

Este artigo trata especificamente sobre o abandono escolar que atinge parte de adolescentes e como a prática do currículo escolar tradicional contribui nesse processo da presença interrompida no desenvolvimento educacional. Para isso, será apropriado o texto de teatro “Essa propriedade está condenada”, de Tennessee Williams, visto que os personagens retratados na trama estão vivenciando justamente esse agravante. Alguns estudos críticos sobre o currículo tradicional aparecem concomitantes aos recortes do drama teatral, como aporte para as análises das questões enunciadas nesse trabalho.

Cena 1: A banana podre, a boneca loira destruída, a pipa e o corvo

O texto nesse tópico é apresentado com o intuito de justificar de forma mais pessoal sobre a escolha da obra teatral que ilustra a análise referente ao currículo tradicional. O texto de Tennessee Williams é um drama curto, com falas ligeiras, apenas dois personagens, cenário único, numa única ação, que é o encontro de dois adolescentes em uma linha de trem abandonada e, ao fundo, uma propriedade abandonada. É uma escrita com muita simbologia, sensível e dolorida. A propriedade condenada reverbera, ganha corpo e voz, tomando conta de todo o drama instaurado e instituído naquele território onde foi construída.

Quando trabalhei com essa obra ao dirigir a montagem teatral com o Grupo VIII Dinastia², não havia percebido claramente sobre os efeitos da ausência interrompida no processo do desenvolvimento educacional dos personagens. Essa análise aconteceu justamente ao retomar a leitura do texto, logo após à graduação em Pedagogia, quando enxerguei os elementos cênicos

² Grupo de teatro sediado na cidade de São Mateus/ES, fundado em 2000. Montou o espetáculo “Essa propriedade está condenada” em 2011.

como símbolos da realidade que fazia parte daqueles adolescentes localizados no drama. Deixou de ser apenas adereço cênico, tornaram objetos que representam a miséria (a banana podre), a infância interrompida (a boneca loira destruída), a ingenuidade (a pipa) e a ameaça que está sempre vigilante (o corvo). Os três primeiros signos são materializados, já o último é invisível em cena, aparece de modo subjetivo, apenas como som. São códigos que sinalizam o dominado e o domínio. Silva (1999, p. 74) apresenta o “código”, citando o sociólogo britânico Basil Bernstein, quanto elemento que define sobre o conceito de classe social, da seguinte maneira:

O código é precisamente a gramática da classe. O código é a gramática implícita e diferencialmente adquirida pelas pessoas das diferentes classes – uma gramática que lhes permite distinguir entre os diferentes contextos, distinguir quais são os significados relevantes em cada contexto e como expressar publicamente esses significados nos contextos respectivos.

Assim são os elementos cênicos sugeridos na dramaturgia quando tomam significados simbólicos, pontuados em falas e ações. A banana, a boneca loira destruída e a pipa aparecem de modo concreto, manuseados em cena, portanto, ao meu “olhar” serão significados como instrumentos de “refúgio”, que guardam as lembranças daqueles personagens, sendo mantidos por eles como marcas que identificam suas condições. O corvo aparece somente como efeito sonoro, espreitando os personagens, pode ser conectado ao currículo tradicional, como aquilo que vigia e controla. E a propriedade condenada? Esta ainda se mantém, mesmo contendo a placa que alerta para o risco eminente, como descrito no texto:

TOM: [...] Está vazio lá agora, não está?
WILLIE: Quase. E pregaram uma placa enorme na fachada.
TOM: Dizendo o que?
WILLIE: Esta propriedade está condenada. Só eu que continuo morando lá.
TOM: Sozinha?
WILLIE: Hum, hum. (WILLIAMS, 1985, p. 27)

Quem estabeleceu que a propriedade esteja condenada? Antes disso, como é constituída essa propriedade? Sigo trilhando, então, pelo caminho que leva a minha reflexão ao currículo tradicional, comparando à “propriedade condenada”, onde a menina está sozinha. Esse espaço que, metaforicamente, vai além do território físico, é constituído e estruturado visando atender aos

princípios que legitimam as normas que constituem a sociedade, ou seja, serve para personificar, padronizar, sedimentar, selecionar e até alijar os indivíduos. É uma propriedade condenada no sentido de conter atritos e oferecer riscos, por isso, ela condena também. Conforme a citação de Silva (1999, p. 16):

Da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder.

Willie declara sobre a sua condição para Tom num diálogo ingênuo, por ela não ter consciência real dessa condição, mas, ao mesmo tempo, é denso em seu teor violento. A fala da menina expressa a fragilidade de sua consciência diante os acontecimentos que surgem e atravessam a sua vida, que não poupam em manter os padrões de uma sociedade cruel, que classifica quais são e a quem pertencem os papéis no quesito dominação. Esse cenário é sustentado na educação, como podemos perceber no seguinte diálogo da obra teatral:

TOM: Hum, hum. E você, não está no colégio?

WILLIE: Eu não, eu larguei. Já faz dois anos que eu larguei.

TOM: Em que ano você estava?

WILLIE: Quinto.

TOM: Miss Preston.

WILLIE: Ela mesma. Ela sempre dizia que minhas mãos estavam sujas, até que eu expliquei que era cinza de trem, de tanto eu cair dos trilhos...

TOM: Ela é fogo.

WILLIE: Fogo o que, ela é seca assim porque não casou. Provavelmente ninguém quis, coitada. Então ela teve de ficar sendo a professora da quinta até morrer. Eu detestava era Álgebra, nunca consegui entender pra que servia aquele x... (WILLIAMS, 1985, p. 26)

O texto aponta para ao menos três características impostas para definir aquilo que está firmado nos “trilhos” educacionais: a professora, uma mulher que encara seu ofício como sacerdócio; o movimento de higienização no espaço escolar; a categorização do currículo que define as habilidades e competências, sem oferecer alternativas para o desenvolvimento do conhecimento. A romantização do espaço escolar definitivamente vai por terra. Então, fica claro que ali é um ambiente para formação, que opera com o propósito de desenvolver indivíduos aptos à produção e, dependendo dos

resultados, irão ocupar diferentes lugares no “trem”: a cabine do maquinista (o condutor), a classe executiva, os assentos econômicos para a classe não privilegiada, os vagões para cargas, ou ficar à margem, na propriedade condenada, com os elementos que servem de refúgio e o corvo vigilante.

Cena 2: *Andar nos trilhos não ensina ninguém*

Existe uma potência que está muito marcada na trama de “Essa propriedade está condenada”, o domínio legitimado. Essa pulsão é que traça quais as linhas que irão compor o trajeto para não descarrilhar a carga educacional, utilizando aqui uma expressão pejorativa para exemplificar como é a ação que normatiza os mecanismos educacionais. O processo de desenvolvimento do indivíduo é projetado para atender às intervenções de uma instituição financeira, que negocia investimentos para esse modelo de educação. Há estudos científicos que tratam sobre essa malha estrutural conduzida pelo capitalismo. Silva (2002, p. 58), esclarece que:

De maneira crescente, o Banco Mundial, desde os anos de 1960, tem participado de forma sistemática e direta no âmbito educacional, com capacidade para intervir e formular políticas educacionais para a América Latina, menos pelo montante de empréstimos aprovados e mais pela sagacidade de manipular os benefícios retirados das políticas sociais.

As relações sociais que se efetivam nesses domínios são relações de poder, que são estabelecidas afirmando qual o papel que cada indivíduo irá desempenhar, conforme o grupo social onde ele está inserido. Michael Apple trata disso em seu pensamento quanto ao movimento de reconceptualização, que traz críticas às teorias tradicionais do currículo e o papel ideológico embutido nesse instrumento, quando a hegemonia é transformada em senso comum. Para esse teórico educacional e educador americano, o vínculo entre educação e currículo com as estruturas econômicas soma-se às ações humanas, ou seja, aquilo que cada integrante de determinado grupo social produz. A análise de Silva (1999, p. 49) acerca do pensamento de Apple, afirma que:

Ao dar ênfase ao conceito de hegemonia, Apple chama atenção para o fato de que a reprodução social não é um processo tranquilo e garantido. As pessoas precisam ser convencidas da desejabilidade e legitimidade dos arranjos sociais existentes. Mas esse convencimento não se dá sem oposição, conflito e resistência. É precisamente esse

caráter conflagrado que caracteriza um campo cultural como currículo. Como uma luta em torno de valores, significados e propósitos sociais, o campo social e cultural é feito não apenas de imposição e domínio, mas também de resistência e oposição.

Ainda sobre as relações de poder constituídas no âmbito que o currículo educacional opera, é possível vislumbrar os efeitos causados no comportamento dos sujeitos, que acatam, ou se rebelam contra os ditames do sistema. Entretanto, no campo público a aceitação é uma prática, haja vista que, para as instituições financeiras que operam na área da educação, utilizando uma expressão de Silva (2002, p. 64), “a pobreza passou a fazer parte de suas políticas”, logo, determinadas atitudes são justificadas e aceitas, como ilustradas nesse trecho de Williams (1985, p. 27):

WILLIE: ...uma menina não precisa de muita coisa. Precisa saber conviver na sociedade, isso sim. Minha irmã Alva me ensinou tudo. Os homens da ferroviária adoravam ela.

TOM: Os engenheiros de trens?

WILLIE: Engenheiros, maquinistas, os caras da fornalha... Ela era o que a gente pode chamar de “Atração Principal”. Linda? Jesus! Ela parecia uma artista de cinema.

O conjunto da obra tecnicista/tecnocrata, destacando o currículo e os recursos que garantem a prática deste, como os livros didáticos e os instrumentos avaliativos, institucionaliza a hegemonia na classificação correspondente às relações de poder. Somadas a esse quesito, ainda têm as questões sociais, que são pautas de lutas e enfrentamentos históricos, mas, tratadas como temas transversais em documentos oficiais que regimentam a educação, são quase invisíveis, por isso, o debate no espaço escolar é atenuado, posto como folclórico. Persiste uma postura rígida que camufla as discussões sobre racismo, preconceito de gênero, colonialismo, sexualidade e outras agendas urgentes. Williams (1985, p. 26) traz essa relação de poder personificada no gênero no seguinte diálogo:

WILLIE: O meu nome é Willie. Nós dois temos nome de homem.

TOM (rindo): E como foi isso?

WILLIE: Meus pais estavam esperando um garoto, eu acho. Garota eles já tinham. Alva é o nome dela. Minha irmã. [...]

A estrutura de classes é naturalizada, então. Aqui vale destacar que a obra artística utilizada nesse artigo, análoga à análise sobre o currículo tradicional, foi concebida em um período, o ano de 1946, que o modelo de

currículo proposto por Bobbit ainda era recorrente, apesar desse último ter sido fundamentado em 1912. Adiante, em 1949, Tyler consolida o currículo como aparelho capital, que é discutido criticamente nos anos de 1960 e 1970 por pensadores pós-estruturalistas, que trazem propostas que ressignificam esse instrumento, deslocando, segundo Silva (1999, p. 17), “a ênfase dos conceitos simplesmente pedagógicos de ensino e aprendizagem para os conceitos de ideologia e poder”. Porém, no cenário da educação pública, existem fatores que em muito contribuem para o alijamento dessas propostas mais revolucionárias, como o sucateamento dos recursos materiais; o amadurecimento precoce dos corpos infantis, quando são adultizados prematuramente e inconscientemente para suprir, através do trabalho infantil, as necessidades financeiras das famílias; a imposição para uma formação educacional voltada à produção. É nesse instante que entra em cena outro elemento, o “currículo oculto”, que se ocupa em reproduzir nos bastidores características que vão enfatizar as relações sociais propícias ao sistema. Segundo análise de Bowles e Gintis, descrita por Silva (1999, p. 79):

Para a perspectiva crítica, o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e às pautas de funcionamento, consideradas injustas e antidemocráticas e, portanto, indesejáveis, da sociedade capitalista. Entre outras coisas, o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo. Em particular, as crianças das classes operárias aprendem atitudes próprias ao seu papel de subordinação, enquanto as crianças proprietárias aprendem os traços sociais apropriados ao seu papel de dominação.

A trama teatral prossegue com Willie contando ao Tom sobre as agruras que foram reservadas à sua vida, como o desaparecimento do pai bêbado, o abandono de sua mãe, a morte da irmã Alva, os maus tratos na escola e a solidão que a obriga continuar vivendo ali, naquela propriedade condenada. Ao final, Tom prossegue tentando empinar a sua pipa e ela fica tentando ainda se equilibrar nos trilhos. Parece não haver mais esperança. Entretanto, apropriando das palavras de Ferreira (2020, p. 66), é necessário firmar o seguinte pensamento:

O que vai vencer essa opressão é o estudo da massa... Vocês acham que esses cortes na educação acontecem porque o país está quebrado? Não, é porque, quanto mais pobre fora do sistema

educacional, mais fácil de manipular, de lhes roubar direitos. Pobre educado, de nível superior, oferece perigo ao sistema.

Silva (1999, p. 150) conclui seu estudo sobre as teorias do currículo com expressões que enaltecem esse instrumento como um recurso que ultrapassa o operacional, que ultrapassa a formação técnica, que ultrapassa a categorização de dominador e dominado, que é discurso, que é documento, que é “documento de identidade”. Pode deixar de ser propriedade alheia, propriedade condenada.

Considerações: (Luzes se apagam)

Há uma sensação de desesperança, a obra teatral “Essa propriedade está condenada” desestabiliza o horizonte bucólico da educação, sobretudo, do sistema público. Fica mais nítido o quanto as relações de poder, de dominação são aparelhos fortes, mantidos por instituições severas, por um sistema que mantém o desenvolvimento educacional voltado para formar indivíduos com características que assumem os seus lugares na sociedade. Se não serve para dominar, que seja dominado, ou condenado ao abandono.

Os estudos críticos sobre o currículo, que salientam como a categorização social fomenta as desigualdades, trazem à tona substratos que devem ser colocados em prática na escola com urgência. O exercício da educação é desenvolver aprendizagens e conhecimentos para formar indivíduos capazes de entender os movimentos, as causas, as lutas históricas e contemporâneas, para isso é básico promover discussões que engajem educadores e educandos, compromissados em desconstruir e reconstruir.

O artigo apresentado trouxe uma obra de arte dialogando com o pensamento científico, como forma, talvez até pretenciosa, de promover um vínculo entre duas esferas tidas como oponentes, mas, na realidade estão engajadas no mesmo propósito, que é a manutenção do revolucionário como objeto de transformação, de transmutação do pensamento, da observação individual e do trabalho coletivo.

Agora, é partir para a próxima estação. Pode ser que o destino leve para uma próxima montagem, com estudantes e professores ocupando o trem, com o nome de Arte, sentados nos bancos de um vagão nobre, passageiros lendo

essa história, refletindo sobre os personagens, imaginando o cenário e interpretando. Eles se revezam na condução. Os trilhos que levam para um espaço, que não é propriedade, muito menos condenada.

Os estudos continuam! Viva Villa-Lobos!

REFERÊNCIAS

BELLO, Enzo. **Política, Cidadania e Direitos Sociais**: um contraponto entre os modelos clássicos e a trajetória da América Latina. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, maio de 2007. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp076906.pdf> Acessado em 01/10/2021.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Campinas: **Cadernos Pagu**, 2018. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413> Acessado em 29/09/2021.

FERREIRA, Preta. **Minha carne**: diário de uma prisão. São Paulo: Boitempo, 2020, 223 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 277p.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002, 224 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 156 p..

WILLIAMS, Tennessee. **Essa propriedade está condenada**. Tradução: Domingos de Oliveira. Cadernos de Teatro, nº 104. Rio de Janeiro: SBAT – INACEN/MinC, 1985, 51 p..